

Live Ebserh: Empregados debatem e explicam mobilização nacional por direitos

Empregados da Ebserh vão promover um dia nacional de luta na próxima segunda-feira, 1º de março, em todo o Brasil. Atividades devem acontecer nas portas de Hospitais Universitários. O objetivo é chamar a atenção para a situação da categoria e buscar o apoio da população, além de cobrar um diálogo e respeito da empresa que se recusa a garantir reposição salarial e ainda propõe retirada de direitos no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2021 que está sendo mediado pela 7ª vez no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Nessa sexta, às 20 horas, a Confederação participa de uma live com FNE, CNTS, Fenafar e Fenam para debater e expor os motivos do dia nacional de luta. A live será transmitida ao vivo pelas páginas do Facebook e YouTube da Condsef/Fenadsef.

Hoje, 25, completamos 12 meses do primeiro caso de coronavírus no Brasil. Ontem, o país chegou à marca de 250.000 mortos por Covid-19. Com mais de 1.000 mortes por dia como ocorre atualmente, chegaremos a 300 mil no fim de março. Isso poderia ser evitado. Agora, o governo chantageia o Congresso Nacional e quer aprovar uma PEC Emergencial que retira ainda mais recursos da saúde e educação e desmonta os serviços públicos. Um descaso e retrocesso sem precedentes.

Enquanto isso, o número de profissionais da área de saúde

LIVE DE MOBILIZAÇÃO PARA O ACT 2020/2021

DIA NACIONAL DE LUTA DOS TRABALHADORES DA EBSERH

» Por Reajuste
» Salário Digno
» Por Respeito

Nenhum Direito a Menos!

ASSISTA
facebook.com/condsef
youtube.com/condsef

mortos pela Covid-19 voltou a crescer. No primeiro mês de 2021 houve um crescimento de 422%. A sobrecarga de trabalho é apontada como uma das principais causas das mortes.

Falta respeito

Os empregados destacam que a Ebserh não tem tratado seus empregados com respeito. "Além de impor reajuste zero nas cláusulas econômicas, a Ebserh quer mudar a aplicação da regra para o grau de insalubridade dos empregados, o que pode reduzir salários em até 27%. É uma situação inaceitável", destaca trecho de um manifesto que será lançado durante a live dessa sexta.

A Condsef/Fenadsef também está atenta e acompanhando a negociação no TST. "Após 11 reuniões com a empresa, o impasse permanece. A missão agora é informar a sociedade o que o

governo está fazendo com os trabalhadores dos hospitais universitários do País, que estão na linha de frente do combate a Covid-19, e prepara-lá para compreender uma possível paralisação nacional destes profissionais", comentou a diretora do Sindsep-PE e trabalhadora da Ebserh, Gislaíne Fernandes.

Fonte: Condsef

GOVERNO DE ALFAIATES

**Costuram acordos,
Cortam salários,
Pregam desigualdade,
e Cobram para isso.**

1º de Março
Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores da EBSERH

SINDSEP MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

DESMONTE NÃO É REFORMA.

Responda a ENQUETE e ajude-nos a otimizar a luta contra o desgoverno Bolsonaro.

Congresso ignora auxílio emergencial e prioriza interesses e pauta de Bolsonaro

O país já ultrapassou o número assustador de 250 mil mortos pela covid-19 e o Estado brasileiro deixa a pandemia “correr solta”, nas palavras do infectologista Gonzalo Vecina. Mas o tema não parece impressionar o Congresso Nacional, assim como o presidente da República. O Senado dedica suas energias à Proposta de Emenda Constitucional Emergencial (PEC 186/2019), que propõe mais cortes de investimentos públicos à saúde e à educação, desvinculando verbas hoje direcionadas às duas áreas, como condição para recriar o auxílio emergencial – reduzido e por menos tempo. Os senadores entraram em acordo, adiaram o início da discussão da PEC e transferiram a leitura do relatório do senador Marcio Bitar para a próxima terça-feira (2).

Por sua vez, a Câmara dos Deputados tem uma “prioridade inadiável”. Faz tramitar, em rito sumaríssimo talvez nunca visto, outra PEC, com a qual os congressistas tentam salvar a própria pele. Já apelidada de “PEC da impunidade”, ela surgiu inspirada pelo medo dos deputados pela decretação da prisão do colega Daniel Silveira (PSL-RJ) pelo Supremo Tribunal Federal, referendada pelos próprios parlamentares para não serem julgados pela opinião pública.

O texto – que pode ser votado ainda na noite desta quinta-feira (25) – proíbe a prisão cautelar de parlamentar por decisão monocrática, como determinada pelo ministro Alexandre de Moraes contra Daniel Silveira, e prevê que, caso seja preso, fique sob custódia do próprio Parlamento.

Absurdos em série

De uma tacada só, a proposta “sobre as prerrogativas parlamentares” altera os artigos 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal. O

autor é o deputado Celso Sabino (PSDB-PA). “Eu gostaria muito de, ao voltar do recesso, encontrar um Congresso mobilizado pelas pautas candentes da sociedade brasileira, vinculadas à pandemia, à defesa da vida das pessoas, e que o debate central fosse a defesa da saúde, do orçamento do SUS, do auxílio emergencial, não vinculado ao pacote fiscal, muito menos à PEC Emergencial que está no Senado”, afirmou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), na Tribuna da Câmara.

“Ontem apresentaram PEC3/21, hj ela está no Plenário! Ñ se modifica a Constituição assim!”, escreveu a deputada Maria do Rosário (PT-RS) no Twitter (grafia original mantida). “Atropelo para criar IMPUNIDADE. Estão transformando imunidade em impunidade. Se aprovada, O tal Daniel não poderia ser preso e cassado. É um absurdo! Não com meu voto”, protesta. Se a Constituição é soberana e prevê o instituto da imunidade, diz ela, protegendo a democracia, “isso jamais poderá ser um subterfúgio para ações criminosas contra qualquer pessoa ou instituição”.

Sobre a chantagem do governo ao vincular o auxílio emergencial à retirada de mais recursos de saúde e educação em plena tragédia social, o deputado Marcelo Freixo (Psol-RJ) comenta na mesma rede social. “Condicionar o pagamento do auxílio emergencial ao fim dos investimentos mínimos em Saúde e Educação é chantagear quem está passando fome. Bolsonaro quer tirar de quem tem pouco/p dar a quem tem menos ainda. Não permitiremos essa covardia”, promete.

Governo + Centrão

Por sua vez, o governo, aliado ao Centrão no Congresso, parece apostar que chegou a hora de aprovar as reformas ultraliberais. Ou seja, fazer as privatizações sonhadas pelo mercado, como da Eletrobrás e Correios. As pro-

postas de desestatização já foram enviadas ao Congresso.

Mercado ou eleição?

Porém, apesar das boas relações entre Bolsonaro e o Congresso, a professora da Ufscar não vê como favas contadas que as privatizações sejam aprovadas no Congresso, devido à magnitude e impopularidade de propostas que mexem na estrutura do Estado e, portanto, podem repercutir negativamente nas bases eleitorais dos parlamentares. Se Bolsonaro foi bem sucedido no acordo com o Centrão e hoje tem base “para passar qualquer coisa”, por outro lado ele precisa do voto da população nas eleições do ano que vem.

“A dúvida é saber se isso vai passar. Pode ser que essas privatizações sejam mais para Bolsonaro tentar se manter bem com o mercado. Se não passarem, ele põe a culpa no Congresso. Ele tem controle das casas no parlamento, mas essas prioridades de privatizações, penso que é mais para a Faria Lima não ficar tão descontente”, diz Maria do Socorro, em referência à avenida considerada o mais importante centro financeiro do país. Ela lembra a recente intervenção do Bolsonaro na Petrobras. “Isso não é algo que agrade o mercado. Bolsonaro joga de novo com a ambiguidade.”

De lá para cá

Na terça, a Câmara aprovou a medida provisória 1026/2021, que facilita a compra de vacinas e insumos. O texto foi enviado ao Senado. Já ontem, o Senado aprovou o projeto de lei (PL 534/2021), que também facilita a compra de vacinas contra o coronavírus pela União, estados e municípios e permite a compra direta de doses por empresas privadas. O texto foi enviado à Câmara.

Fonte: CUT